

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.814.431 - RS (2019/0137293-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO HERMAN BENJAMIN**  
**RECORRENTE** : **ELSA TERESINHA SEGANFREDO MENIN**  
**ADVOGADOS** : **TIAGO GORNICKI SCHNEIDER E OUTRO(S) - RS068833**  
**ANGELINA INÊS CASTRO MATTIA - RS073109**  
**MAURO DE AZEVEDO MENEZES E OUTRO(S) - DF019241**  
**DIOGO SILVEIRA DOS SANTOS - RS082773**  
**LUANA MARQUES DE ALBUQUERQUE E OUTRO(S) -**  
**DF046620**  
**RECORRIDO** : **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**

**DECISÃO**

Trata-se de Embargos de Declaração opostos contra decisão monocrática de fls. 804-807, e-STJ, que determinou a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a devida baixa, para que, após a publicação do acórdão do Recurso Extraordinário 870.947, com repercussão geral reconhecida (sessão de 20.09.2017), Tema 810, proceda na forma dos artigos 1.039 a 1.041 do CPC/2015.

A parte embargante sustenta, em síntese:

Verifica-se, desse modo, que houve singelo equívoco na r. decisão monocrática, uma vez que a controvérsia em questão é de taxa de juros de mora aplicável ante a existência de coisa julgada, ao passo em que o Tema nº 810 da repercussão geral do Ex. Supremo Tribunal Federal debate sobre a incidência da mora em casos em que ainda não há título executivo formado.

Não houve impugnação.

É o **relatório**.

**Decido.**

Os autos foram recebidos neste Gabinete em 12.9.2019.

O inconformismo não merece prosperar.

Os Embargos de Declaração constituem recurso de rígidos contornos processuais, exigindo-se, para seu acolhimento, que estejam presentes os pressupostos legais de cabimento.

A decisão embargada determinou a devolução dos autos ao Tribunal de origem, sob a seguinte fundamentação:

Quanto à matéria versada, especificamente a aplicação dos "juros de mora, a partir da citação com índices previstos no art. 1º-F da Lei 9.494/1997 (observando-se as suas alterações pela MP 2.180-35, de 24.08.2001 e pela Lei. n. 11.960, de 30.6.2009) e correção monetária; a contar de cada parcela devida, pelo INPC, até a entrada em vigor da Lei

11.960/09, e, posteriormente, com base nos índices de remuneração básica da caderneta de poupança, até o dia 25.03.15, marco após o qual, os créditos deverão ser corrigidos pelo índice de 'Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) ao tempo do efetivo pagamento", o STF, no julgamento do Recurso Extraordinário 870.947, com repercussão geral reconhecida (sessão de 20.09.2017), fixou a seguinte tese jurídica (Tema 810):

1) O art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09, na parte em que disciplina os juros moratórios aplicáveis a condenações da Fazenda Pública, é inconstitucional ao incidir sobre débitos oriundos de relação jurídico-tributária, aos quais devem ser aplicados os mesmos juros de mora pelos quais a Fazenda Pública remunera seu crédito tributário, em respeito ao princípio constitucional da isonomia (CRFB, art. 5º, caput); **quanto às condenações oriundas de relação jurídica não-tributária, a fixação dos juros moratórios segundo o índice de remuneração da caderneta de poupança é constitucional, permanecendo hígido, nesta extensão, o disposto no art. 1º-F da Lei nº 9.494/97 com a redação dada pela Lei nº 11.960/09;** e 2) O art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09, na parte em que disciplina a atualização monetária das condenações impostas à Fazenda Pública segundo a remuneração oficial da caderneta de poupança, revela-se inconstitucional ao impor restrição desproporcional ao direito de propriedade (CRFB, art. 5º, XXII), uma vez que não se qualifica como medida adequada a capturar a variação de preços da economia, sendo inidônea a promover os fins a que se destina. (grifamos)

Em recente decisão, o STF deferiu efeito suspensivo aos Embargos de Declaração, impossibilitando a imediata aplicação do *decisum* emanado do Tema 810 antes da apreciação pela Suprema Corte do pleito de modulação dos efeitos da orientação estabelecida.

DIREITO CONSTITUCIONAL. REGIME DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA E JUROS MORATÓRIOS INCIDENTES SOBRE CONDENAÇÕES JUDICIAIS DA FAZENDA PÚBLICA. ARTIGO 1º-F DA LEI 9.494/1997 COM REDAÇÃO DADA PELA LEI 11.960/2009. TEMA 810 DA REPERCUSSÃO GERAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO PARCIALMENTE PROVIDO. OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EFEITO SUSPENSIVO. ARTIGO 1.026, § 1º, DO

CPC/2015. DEFERIMENTO.

(...)

In casu, sustentam os entes federativos embargantes, em apertada síntese, padecer o decisum embargado de omissão e contradição, em face da ausência de modulação de seus efeitos, vindo a sua imediata aplicação pelas instâncias a quo a dar causa a um cenário de insegurança jurídica, com risco de dano grave ao erário, ante a possibilidade do pagamento pela Fazenda Pública de valores a maior.

Pois bem, apresenta-se relevante a fundamentação expendida pelos entes federativos embargantes no que concerne à modulação temporal dos efeitos do acórdão embargado, mormente quando observado tratar-se a modulação de instrumento voltado à acomodação otimizada entre o princípio da nulidade de leis inconstitucionais e outros valores constitucionais relevantes, como a segurança jurídica e a proteção da confiança legítima.

Encontra-se igualmente demonstrada, in casu, a efetiva existência de risco de dano grave ao erário em caso de não concessão do efeito suspensivo pleiteado.

(...)

Desse modo, a imediata aplicação do decisum embargado pelas instâncias a quo, antes da apreciação por esta Suprema Corte do pleito de modulação dos efeitos da orientação estabelecida, pode realmente dar ensejo à realização de pagamento de consideráveis valores, em tese, a maior pela Fazenda Pública, ocasionando grave prejuízo às já combalidas finanças públicas.

Ex positis, DEFIRO excepcionalmente efeito suspensivo aos embargos de declaração opostos pelos entes federativos estaduais, com fundamento no artigo 1.026, §1º, do CPC/2015 c/c o artigo 21, V, do RISTF.

Publique-se.

(ED, Relator Min. Luiz Fux, julgado em 24/09/2018, publicado em processo eletrônico DJe-204 Divulg 25/09/2018 Public 26/09/2018)

Desse modo, a imediata utilização do *decisum* embargado pelas instâncias *a quo*, anteriormente à definição pelo Supremo da modulação dos efeitos da orientação estabelecida, pode realmente dar ensejo à realização de pagamento de consideráveis valores, em tese a maior pela Fazenda Pública, ocasionando grave prejuízo às já combalidas finanças públicas.

Embora a jurisprudência do STJ tenha firmado o entendimento de ser desnecessário aguardar o trânsito em julgado para adoção do paradigma firmado em recurso repetitivo ou de repercussão geral,

deve ser respeitado o efeito suspensivo atribuído pelo STF às causas relacionadas ao supracitado Recurso Extraordinário em face da possibilidade de modificação do julgado. Nesse sentido: REsp 1.771.610/AL, Relator Ministro Herman Benjamin, DJe 20/11/2018.

Não verifico na espécie *sub judice* qualquer omissão, obscuridade, contradição, ou erro de fato, senão o intuito de rediscutir matéria já decidida, emprestando-lhe efeito infringente.

O simples descontentamento da parte com o julgado não tem o condão de tornar cabíveis os Embargos de Declaração, que servem ao aprimoramento da decisão, mas não à sua modificação, que só muito excepcionalmente é admitida. Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO (...) OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. MULTA.

(...)

3. O exame dos requisitos de admissibilidade sob a ótica de um suposto formalismo não envolve supressão de lacuna, mas revisão dos fundamentos que levaram ao não conhecimento da insurgência. O simples descontentamento da parte com o julgado não tem o condão de tornar cabíveis os Embargos de Declaração, que servem ao aprimoramento, mas não à sua modificação, que só muito excepcionalmente é admitida (o que não se enquadra na hipótese dos autos).

4. Embargos de Declaração rejeitados, com aplicação de multa de 1% sobre o valor da causa (EDcl no AgRg nos EREsp 1.172.175/PR, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 21.6.2013).

Diante do exposto, **rejeito os Embargos de Declaração.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN  
Relator